

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO

ORÇAMENTO 2024

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a circled 'C', a signature, and other illegible marks.

Índice

Contexto Económico e Social 2023	3
Contexto de Atividade e Objetivos para 2024	8
Orçamento para 2024	10
Pressupostos	10
Projetos Financiados.....	11
Resumo do Orçamento	11
O Princípio e a Regra do Equilíbrio Orçamental.....	12
Previsão da Receita	13
Previsão da Despesa	14
Plano Plurianual de Investimentos	14
Entidades participadas.....	15
Fundos Fixos de Caixa.....	15
Demonstrações Financeiras Previsionais.....	16
Compromissos Plurianuais.....	16
Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais no Âmbito da Lei dos Compromissos em Atraso (LCPA).....	16
Balança	18
Demonstração de Resultados	19
Mapa de Fluxos de Caixa.....	20
Orçamento para o ano 2024 - Receita.....	21
Orçamento para o ano 2024 – Despesa.....	23
Resumo do Orçamento para o ano 2024.....	27
Orçamento inicial – Plano Plurianual de Investimentos do ano 2024.....	28
Orçamento do Plano Orçamental Plurianual.....	29
Termo de Encerramento	31
Termo de Aprovação Final	31

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a large signature and several initials.

Índice de Tabelas

Tabela 1: Financiamento Comunitário e Nacional	11
Tabela 2: Quadro Resumo do Orçamento	11
Tabela 3: Resumo do Orçamento por Capítulo	12
Tabela 4: Decomposição da Regra do Equilíbrio Orçamental e Poupança Corrente	13
Tabela 5: Desagregação da Receita por Rubricas	13
Tabela 6: Desagregação da Despesa por Rubricas	14
Tabela 7: Entidades Participadas pela ABAP	15
Tabela 8: Dotação do Fundo Fixo de Caixa	15
Tabela 9: Balanço previsional	18
Tabela 10: Demonstração de Resultados por Natureza Previsional	19
Tabela 11: Mapa de Fluxos de Caixa Previsional	20

Índice de Ilustrações

Figura 1: IHPC total e principais componentes	3
Figura 2: Mapa do calor da inflação e dos seus determinantes (percentis)	5
Figura 3: Entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas 2022 (excerto)	7
Figura 4: Edifício-sede do Biocant Park	8

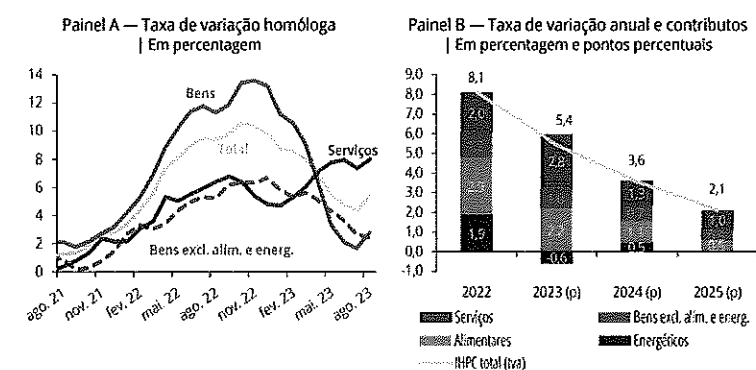
Handwritten signatures and initials on the right margin of the page.

Contexto Económico e Social 2023

O Plano de Atividades e Orçamento da Associação Beira Atlântico Parque para o ano de 2024, à semelhança do que tem acontecido nos últimos anos, volta a surgir num clima de forte incerteza em resultado de condicionantes geopolíticas e económicas. Depois da pandemia, da invasão da Ucrânia pela Rússia e da escalada inflacionista, registam-se agora outros fatores de perturbação, como a elevada subida das taxas de juro, um novo conflito no Médio Oriente e, mais recentemente, a inesperada queda do Governo. No seu todo, estas condicionantes têm provocado um grande nível de instabilidade, com impactos que ainda não se conseguem estimar, nomeadamente no que se refere a fatores geopolíticos, à diminuição da confiança por parte dos consumidores e a uma eventual nova escalada do preço dos produtos petrolíferos.

A apreciação global da evolução económica, financeira e monetária do Banco Central Europeu (BCE), patente no Boletim Económico nº 6/2023, publicado em setembro de 2023, baseia-se no pressuposto que a inflação vai continuar a descer, mas que irá permanecer demasiado elevada durante demasiado tempo. A subida das taxas de juro que tem vindo a ser implementada pelo BCE tem como objetivo de médio prazo o regresso da inflação a 2%, cenário que, no atual cenário, dificilmente será atingido antes do segundo semestre de 2025.

Por outro lado, o próprio BCE admite que os sucessivos aumentos das taxas de juro diretoras, as colocaram em níveis que dão um contributo significativo para reduzir a inflação, mas em simultâneo levam a uma transmissão aos mercados com várias consequências negativas. Este aumento da restritividade da política monetária do BCE levou a um aumento dos custos de financiamento dos bancos para refletir os aumentos das taxas de juro passivas e a redução da liquidez excedentária, o que tem refreado a procura das famílias e das empresas. Estes fatores, aos quais acresce o enfraquecimento do enquadramento do comércio internacional, geraram, por consequência, a redução do crescimento económico.



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Notas: (p) — projetado.

Figura 1: IHPC total e principais componentes

Depois de uma forte recuperação no início de 2023, a conjuntura externa parece agora estar limitada por cenários internacionais heterogêneos, em que pesa a perda de dinamismo na recuperação da China. Assim, espera-se que o crescimento do comércio mundial permaneça fraco até ao final do ano e que depois vá recuperando de forma gradual. Ainda a nível mundial, verifica-se que o mercado petrolífero tem estado em défice de oferta, na sequência de acordos entre alguns dos principais países produtores para cortes na produção, o que tem gerado elevados preços do petróleo bruto. Complementarmente, os preços do gás na Europa têm registado grande volatilidade devido a perturbações do abastecimento causadas por interrupções da exploração e greves em terminais.

As previsões económicas para Portugal estão em linha com o que se tem passado na Europa, conforme demonstram as projeções do Banco de Portugal exaradas no “Boletim Económico / Outubro 2023”, antevendo-se que a economia portuguesa cresça a um ritmo relativamente baixo, com taxas de variação do PIB de 2,1% em 2023, 1,5% em 2024 e 2,1% em 2025. A inflação deverá continuar a reduzir-se, embora a um ritmo lento perspetivando-se variações anuais do IHPC de 5,4% em 2023, 3,6% em 2024 e 2,1% em 2025 (Gráfico 1).

Fazendo uma análise temporal a 4 anos, os resultados evidenciam a transmissão de pressões inflacionistas ao longo da cadeia de formação de preços. A imagem 1 (mapa de calor) demonstra a emergência das pressões sobre os preços internacionais no início de 2021, que afetaram de forma muito evidente o setor energético e a área alimentar, em resultado da recuperação pós-pandémica forte e da procura global, conjugada com alguma escassez e constrangimento do lado da oferta, que permaneceram até ao final de 2022. As pressões inflacionistas externas foram acentuadas no início de 2022, com a guerra da Ucrânia, demonstrando também a imagem que há algum desfasamento temporal entre os choques sobre os preços externos (a partir do início de 2021) e a sua repercussão nos preços do consumidor (pico da inflação em outubro de 2022). Este mapa de calor demonstra também que ao longo de 2023 houve um alívio de pressões inflacionistas exteriores, sobretudo nos meses recentes e com particular reflexo na componente energética dos preços no consumidor. Por outro lado, mantiveram-se pressões inflacionistas internas em níveis elevados, com particular incidência no mercado de trabalho e nas variáveis da procura.

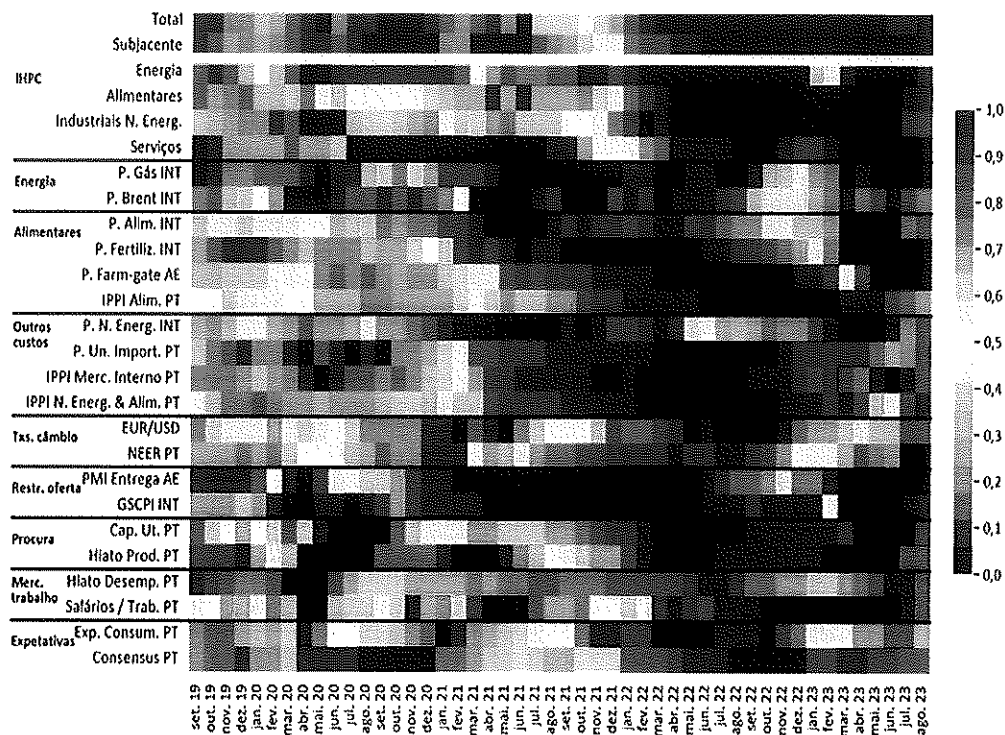


Figura 2: Mapa do calor da inflação e dos seus determinantes (percentis)

Também se regista algum abrandamento económico em Portugal, que reflete o menor dinamismo nos principais parceiros comerciais, os efeitos cumulativos da inflação e a maior restritividade da política monetária. A transmissão das subidas das taxas de juro às condições financeiras enfrentadas pelas famílias e empresas continuará a limitar a atividade em 2024 e 2025, sendo os seus efeitos parcialmente compensados pelo impacto favorável da redução gradual da inflação sobre o poder de compra das famílias, pela aceleração das entradas dos fundos da UE e pela hipótese de maior dinamismo da procura externa.

As projeções apontam para a manutenção de um crescimento baseado no investimento e nas exportações, porquanto o contributo destas componentes para a variação do PIB deverá manter-se superior ao contributo das despesas de consumo. Nas exportações, destaca-se ainda que há variações muito diferenciadas nas exportações de bens e de serviços em 2023, projetando-se que venham a ser de -1,2% e 12,9%, respetivamente. Para 2024-25, espera-se que esse desfasamento se vá esbatendo, mediante a recuperação da componente de bens, em linha com a procura externa, e um abrandamento da componente de serviços, com a dissipação do impulso da recuperação pós-pandémica do turismo.

A balança corrente e de capital deverá apresentar excedentes a rondar os 3% do Produto Interno Bruto (PIB) no período 2023-25, registando-se uma melhoria face a 2022 devido ao aumento das transferências da União Europeia e ao já referido saldo positivo no comércio de bens e serviços.

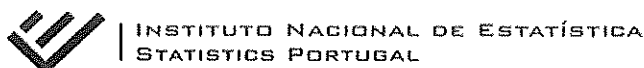
O mercado de trabalho deverá manter uma evolução favorável, projetando-se um crescimento do emprego de 0,8% em 2023, 0,2% em 2024 e 0,4% em 2025. Adicionalmente, também se projeta que os ganhos de produtividade por trabalhador deverão ser superiores aos observados nos anos pré-pandemia, em resultado de fatores como o aumento e modernização do stock de capital produtivo, a disseminação de novas tecnologias, o maior investimento na digitalização, os progressos na escolaridade da população em idade ativa e a reafecção do emprego para os setores mais produtivos. Este aumento do emprego ocorre num contexto de crescimento da população em idade ativa (muito por força dos fluxos de imigração, que compensam a evolução do saldo natural) e incrementos da taxa de atividade.

Ainda assim, a taxa de desemprego também deverá apresentar uma trajetória ligeiramente ascendente, situando-se em 6,9% em 2025. O salário médio por trabalhador na economia deverá aumentar 7,6% em 2023 e, em linha com a expectativa de diminuição da inflação, desacelerar para taxas de crescimento de 4,8% em 2024 e 3,6% em 2025, o que se traduz em ganhos reais do salário per capita de 1,7%, em média, ligeiramente acima do crescimento esperado da produtividade.

Posto isto, o enquadramento internacional e financeiro aporta riscos em baixa para a atividade, nomeadamente (1) a possibilidade de ainda maior escalada das tensões geopolíticas, (2) um abrandamento mais pronunciado na China no contexto da crise do setor imobiliário, (3) impactos mais adversos do aperto já ocorrido nas condições financeiras e (4) uma maior restritividade da política monetária, num cenário de inflação mais persistente.

Por outro lado, a ABAP não pode dissociar-se do ecossistema em que a associação está inserida, no Biocant Park. A este propósito o “Estudo de Caracterização e Avaliação do Impacto do Setor da Biotecnologia na Região Centro de Portugal” editado pela Associação Biocant, em Maio de 2023, consubstancia alguns dos mais importantes indicadores da área, destacando-se como vantagens competitivas do setor, entre outros, a massa crítica relevante, o elevado potencial de crescimento em diferentes dimensões, as sinergias com áreas tecnológicas e digitais e a aposta nacional e europeia nos programas de financiamento comunitário para diferentes eixos do setor biotecnológico. Por outro lado, também se denota preocupação com diversos fatores, como a reduzida cooperação entre diferentes atores, os investimentos pontuais e não estruturados por parte das empresas, a reduzida expressão na efetiva transferência de conhecimento e utilização do mesmo na criação de valor, a elevada competitividade do setor, a dificuldade de acesso a financiamento de médio e longo prazo e a dificuldade em atrair investimento estrangeiro para o setor biotecnológico nacional.

Paralelamente, a Associação Beira Atlântico Parque (ABAP) foi incluída na listagem de entidades públicas reclassificadas em 2022, cuja versão provisória foi publicada no final do primeiro trimestre de 2023 e na qual a ABAP surgia classificada na categoria “Serviços e Fundos Autóno da Administração Local”. Esta classificação foi revista pelo INE e, em setembro de 2023, a classificação da associação foi alterada para “Instituições Sem Fins Lucrativos da Administração Local”. Esta reclassificação conduz a profundas alterações no funcionamento administrativo e financeiro da ABAP, que assim fica sujeita a diversos normativos aplicáveis ao setor da administração local do Estado e a que não estava obrigada até à presente data.



S.131325 – Administração Regional e Local – Administração Local
Instituições Sem Fim Lucrativo da Administração Local

ABAP - Associação Beira Atlântico Parque

Figura 3: Entidades que integram o Setor Institucional das Administrações Públicas 2022 (excerto)

Assim, o contexto económico e social é de grande incerteza e mudança, em várias dimensões e com grande impacto direto na atividade da associação e das entidades com que esta se relaciona de forma mais próxima (Município de Cantanhede, Biocant- Associação de Transferência de Tecnologia, demais parceiros e entidades do ecossistema, seja, empresas ou instituições académicas). No zeloso cumprimento do seu objetivo estatutário, cumpre à ABAP prosseguir diversas atividades tendentes a minimizar ameaças e potenciar oportunidades, com isso garantindo o seu papel enquanto entidade capaz de contribuir para a identificação de interesses estratégicos, para a dinamização de projetos locais e regionais e para impulsionar, de uma forma integrada, o crescimento económico do parque, do concelho e da região. É neste âmbito, que surge e se concretiza o presente o Plano de Atividades & Orçamento da Associação Beira Atlântico Parque para o ano de 2024.

Contexto de Atividade e Objetivos para 2024

Tal como foi referido ano anterior, a atração de um parceiro estratégico para o parque e consequente cessão da exploração veio esvaziar parcialmente a missão da “Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia” e da “ABAP - Associação Beira Atlântico Parque”, com especial diminuição da atividade desta última. Após esse período inicial, que se prolongou por força da pandemia, a ABAP tem vindo a retomar progressivamente a sua atividade, assumindo funções e custos de estrutura associados à promoção da atratividade, ao crescimento económico e ao desenvolvimento de atividades do Biocant Park – Parque Tecnológico de Cantanhede, muitas vezes em parceria com a associação Biocant.

Se, por um lado, a associação Biocant tem assumido a componente científica, concretizada em inúmeras atividades, parcerias e projetos com grande impacto na economia regional e nacional, por outro a ABAP tem-se focado de uma maneira ímpar em atividades de caráter mais geral, para garantir o seu funcionamento e obrigações, mas também para facilitar o foco da associação Biocant em atividades de caráter científico. Esta colaboração próxima, apenas é possível com o conhecimento profundo do ecossistema, o histórico de trabalho conjunto e, de certa maneira, até o objeto social idêntico. Com isto, pretende-se a capacitação que permita fazer face aos desafios e dificuldades que, periodicamente, se têm colocado e, em paralelo, tem-se garantido o cumprimento de um quadro legislativo cada vez mais complexo e procurado aproximar a realidade associativa à realidade do setor público.

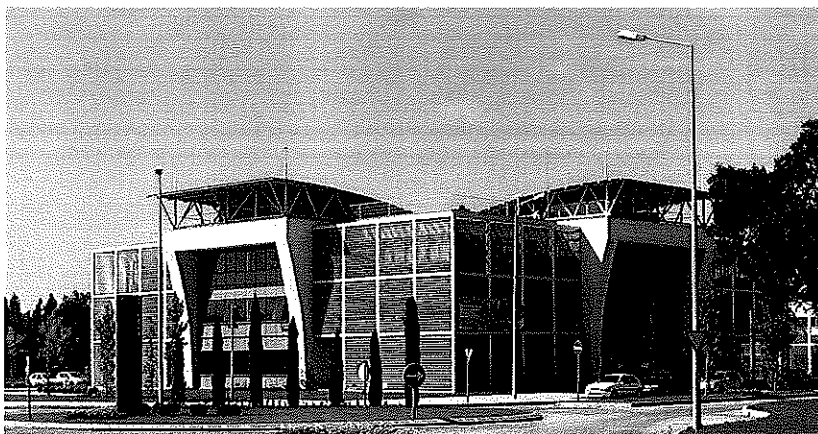


Figura 4: Edifício-sede do Biocant Park

A ABAP, no âmbito do seu papel na co-promoção do parque, de fiscalização da atividade do parceiro privado que faz a exploração e de estreita colaboração com todas demais entidades que sinergicamente coexistem no parque (associações e unidades, empresas e grupos de investigação, Biocant Park SA, Município e CNC/UC), pretende continuar o discreto trabalho que tem vindo a ser feito, de revisitação de diversos documentos, tais como Estatutos, acordos, protocolos e contratos. Esta revisitação destina-se a garantir a adequação dos referidos documentos à realidade atual, a contribuir de forma ativa para a sua melhoria e para o seu potencial

de aplicação e, sempre que tal se justificar, a proceder à sua atualização ou revisão de maneira a atingir os objetivos supracitados.

O planeamento rigoroso, a definição e implementação de critérios analíticos mais apurados, a atualização permanente da informação contabilístico-financeira e a elaboração de diversos documentos de apoio à decisão, têm constituído parte do foco da atividade e serão para manter no futuro, seja para apoio à atividades das associações e das suas unidades, seja ainda para continuar a fazer face às resoluções e dificuldades que se têm vindo a colocar.

Como pilar da atividade, mantém-se também a intenção de idealizar e definir uma visão estratégica e de futuro, que abranja diferentes áreas de forma integrada, consubstanciada documentalmente no Plano Estratégico para Cantanhede com o horizonte 2035. O processo formal de contratualização e elaboração do Plano sofreu algum atraso por razões alheias à ABAP, esperando-se que possa avançar nas próximas semanas, com isso permitindo obter um documento de gestão orientado para a produção de decisões e de ações de acordo com os objetivos que se pretendem alcançar na próxima década.

Tal como tinha sido previamente anunciado, este documento permitirá diagnosticar ofertas e oportunidades a vários níveis, identificar condições que contribuam para o desenvolvimento integrado do território, determinar domínios de intervenção prioritária, valoriza as potencialidades existentes e áreas emergentes, melhorar a qualidade de vida e atratividade do território, potenciar parcerias e complementaridades, valorizar os recursos endógenos e gerar valor acrescentado, otimizar a aplicação de recursos públicos e o retorno dos investimentos, identificar áreas de interesse comum com os territórios limítrofes e demais parceiros, implementar uma estratégia comum às entidades que compõem o grupo autárquico e proporcionar um instrumento de natureza estratégica e operacional.

Para além dos aspetos acima mencionados, a atividade da associação vai continuar a passar pelo fomento e valorização o papel da ABAP como embaixadora do parque, através do acompanhamento de visitas, presença em eventos, realização de atividades e desenvolvimento de projetos comuns, aspetos que, no seu conjunto, constituem uma matriz complexa, mas profícua, assente em múltiplas formas de cooperação. Esta cooperação é precisamente a base para o funcionamento e promoção do ecossistema, muito por força da implementação de estratégias convergentes, que têm a biotecnologia como denominador comum e que são capazes de gerar riqueza local, regional e nacional.

Por último, pretende-se manter a base da atividade clássica da ABAP, nomeadamente no que refere à manutenção duma relação próxima com os associados, à promoção da atratividade do parque e à captação de investimentos e indústrias, assim como à manutenção e desenvolvimento de parcerias estratégicas, seja dentro ou fora do parque. Para o efeito, a associação vai continua atenta a potenciais investimentos e que, dentro do que é objeto estatutário e a legislação vigente, permitam desenvolver novas atividades ou reforçar as atividades já desenvolvidas.

Apesar de, como se disse, a componente científica ser desenvolvida pela associação Biocant, a ABAP enquanto parceiro estratégico e enquanto associado com uma relevante participação naquela entidade, acompanha de

forma próxima a evolução do setor biotecnológico. Decorre de um estudo recente que o impacto do setor a nível regional e nacional tem-se caracterizado pela criação de produtos inovadores e de valor acrescentado para o mercado; pela consolidação e retenção de massa crítica e especializada; pelo desenvolvimento de um tecido empresarial dinâmico e disruptivo, através da promoção da criação de novas ideias e setores de negócio; pela especialização de infraestruturas para o setor da Biotecnologia e pela maior exposição e retorno de investimento de mercados externos.

A existências de estruturas e entidades com capacidade para sustentar ecossistemas de inovação é assim fundamental para o desenvolvimento das iniciativas empresariais associadas e para se alcançarem os desígnios atrás referidos. A ABAP continuará, ainda que de forma indireta, a desempenhar um papel na definição, implementação e desenvolvimento de políticas e iniciativas destinadas ao fortalecimento do setor biotecnológico, de mecanismos de transferência de conhecimento, de acolhimento de iniciativas empresariais e de valorização dos recursos existentes, assim contribuindo para a geração de riqueza.

Neste âmbito, com as oportunidades e desafios acima enunciados e recorrendo a um novo referencial contabilístico, surge o presente Plano de Atividades e Orçamento para 2024.

Orçamento para 2024

Pressupostos

Para a elaboração do presente orçamento foram considerados os seguintes pressupostos:

- O estabelecimento e manutenção de parcerias estratégicas com redes regionais, nacionais e internacionais de incubadoras e parques tecnológicos;
- Ser a entidade de suporte na dinamização de parcerias estratégicas entre os parceiros nucleares do parque;
- Ser a entidade fiscalizadora do cumprimento do contrato de cessão de exploração com a entidade privada;
- O fomento do empreendedorismo e a internacionalização do parque, nomeadamente através da possibilidade de submeter novos projetos cofinanciados por fundos comunitários;
- A atração de investimento direto estrangeiro, seja pela angariação de novas empresas, seja pela atração de novos investidores em estreita ligação com o Biocant Park, SA;
- A formação de pessoal, a plena adoção de um novo referencial contabilístico e a promoção do funcionamento integrado no âmbito do parque tecnológico e do grupo autárquico;
- A elaboração de documentos, planos e mapas de planeamento e de apoio à decisão, bem como elaborar o Plano Estratégico de Cantanhede para o horizonte 2030/2035.

Apresentam-se de seguida diversas tabelas e gráficos onde se encontram refletidos os fluxos económicos e financeiros previstos para o exercício de 2024.

Handwritten notes and signatures on the right margin, including a circled 'P', a signature, and other illegible marks.

Projetos Financiados

A Tabela 1 elenca de forma detalhada os projetos que a ABAP possui neste momento e que são objeto de algum tipo de comparticipação financeira. De forma sintética reúne as operações, inseridas nas diversas fontes de financiamento, mostrando para cada projeto o investimento total, o investimento elegível e a receita estimada a cobrar em 2024. O Estágio "Ativar.Pt" está ainda em curso, enquanto os demais projetos identificados (Incubação Centro 2016; Biotech@Centro e InovC 2020) já estão encerrados há alguns anos, mas apresentam ainda receita por cobrar.

Tabela 1: Financiamento Comunitário e Nacional

Designação	Investimento Total	Investimento Total Executado	Financiamento Total Aprovado	Financiamento Total Executado	Receita 2024
Incubação Centro 2016	62 532,58	39 386,38	53 152,00	33 478,42	1 454,69
Biotech@Centro	263 036,79	220 825,74	223 581,27	187 701,88	9 385,10
Estágio Ativat. Pt	8 547,88	3 340,84	6 802,02	2 682,79	6 802,02
Inov C 2020	78 960,00	77 467,37	67 116,85	65 847,23	3 228,10
TOTAL	413 077,25	341 020,33	350 652,14	289 710,32	20 869,91

Resumo do Orçamento

Analisando a Tabela 2, que contém uma síntese do orçamento, verifica-se que as receitas previstas para 2024 ascendem a 562.141,00 €, enquanto as despesas representam 325.617,00 €. Pode-se praticamente considerar que a totalidade da receita corresponde a receita corrente e que a totalidade da despesa correspondente a despesa corrente, porquanto as receitas e despesas de capital são inexpressivas, respeitando apenas a rubricas que estão abertas para fazer face a algumas eventualidades.

Tabela 2: Quadro Resumo do Orçamento

Designação	Receitas (eur)	%	Despesas (eur)	%
Correntes	562 125,00	100,00	325 600,00	99,99
Capital	16,00	0,00	17,00	0,01
TOTAL	562 141,00	100,00	325 617,00	100,00

A tabela 3 detalha o orçamento por capítulos, repartindo os montantes pelas diversas componentes da receita e da despesa, o que permite identificar de onde provêm os fundos financeiros e qual a sua aplicação.

Tabela 3: Resumo do Orçamento por Capítulo

Receitas	Valor (€)	(%)	Despesas	Valor (€)	(%)
Receitas Correntes			Despesas Correntes		
01 - Impostos diretos	0	0%	01 - Despesas com o pessoal	200 727,00	62%
02 - Impostos indiretos	0	0%	02 - Aquisição de bens e serviços	81 887,00	25%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	3,00	0%	03 - Juros e outros encargos	9,00	0%
05 - Rendimentos da propriedade	47 918,00	9%	04 - Transferências correntes	2 352,00	1%
06 - Transferências correntes	265 809,00	47%	05 - Subsídios	2,00	0%
07 - Venda de bens e serviços correntes	187 986,00	33%	06 - Outras despesas correntes	40 623,00	12%
08 - Outras receitas correntes	60 409,00	11%			
Subtotal Receitas Correntes	562 125,00	100%	Subtotal Despesas Correntes	325 600,00	100%
Receitas de capital			Despesas de capital		
09 - Venda de bens de investimento	4,00	33%	07 - Aquisição de bens de capital	9,00	75%
10 - Transferências de capital	4,00	33%	08 - Transferências de capital	1,00	8%
13 - Outras receitas de capital	3,00	25%	11 - Outras despesas de capital	2,00	17%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	8%	17 - Operações extra-orçamentais	0,00	0%
Subtotal Receitas de Capital Efetivas	12,00	100%	Subtotal Despesas de Capital Efetivas	12,00	100%
11 - Ativos financeiros	1,00	25%	09 - Ativos financeiros	3,00	60%
12 - Passivos financeiros	3,00	75%	10 - Passivos financeiros	2,00	40%
Subtotal Receitas de Capital não Efetivas	4,00	100%	Subtotal Despesas de Capital não Efetivas	5,00	100%
TOTAL DAS RECEITAS	562 141,00		TOTAL DAS DESPESAS	325 617,00	

O Princípio e a Regra do Equilíbrio Orçamental

De acordo com o estabelecido no RFALEI (Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais), no seu artigo 40.º que a “*receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo*”. Este princípio aplica-se às diversas entidades do setor local, o que inclui a ABAP, fruto da sua reclassificação pelo Instituto Nacional de Estatística, o que na prática, se traduz na sua inclusão no subsetor administração local das administrações públicas no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais.

A observância deste preceito, garante o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental e, analisando a Tabela 4, verifica-se que a ABAP cumpre largamente com o preceituado, uma vez que a diferença entre a receita corrente e a despesa corrente (não existem amortizações de empréstimos de médio e longo prazo) apresenta um saldo positivo de 236.525,00 euros, valor que é também o da poupança estimada.

Tabela 4: Decomposição da Regra do Equilíbrio Orçamental e Poupança Corrente

Componentes	Orçamento 2024
Receita Corrente Bruta (1)	562 125,00
Despesa Corrente (2)	325 600,00
Amortização média de empréstimos (3)	0,00
Despesa Corrente + Amortização Média (4) = (2) + (3)	325 600,00
REGRA EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL (5) = (1) - (4)	236 525,00
POUPANÇA (6) = (1) - (2)	236 525,00

Previsão da Receita

Da análise à Tabela 5 resulta que as receitas advêm sobretudo das “transferências correntes”, que atingem um valor de 265.809,00 €, o que representa 47% da receita e que no essencial, respeitam às quotas dos associados. A rubrica “venda de bens e serviços correntes” também atinge um valor significativo, que ascende a 187.986,00 €, 33% do total da receita, respeitantes essencialmente a receita liquidada e não cobrada em períodos anteriores.

Com valores menores, mas ainda assim com algum significado, devem referir-se as rubricas “outras receitas correntes” e “rendimentos de propriedade”. Nestas, denota-se que os 60.409,00 € de “outras receitas correntes” (11% da receita) respeitam às receitas decorrentes da elaboração do Plano Estratégico, enquanto os 47.918,00 € de “rendimentos de propriedade” dizem respeito aos juros sobre os suprimentos que foram colocados na associação Biocant.

Tabela 5: Desagregação da Receita por Rubricas

Receita	Orçamento 2024	
	Valor (€)	(%)
Receitas Correntes		
01 - Impostos diretos	-	0%
02 - Impostos indiretos	-	0%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	3,00	0%
05 - Rendimentos da propriedade	47 918,00	9%
06 - Transferências correntes	265 809,00	47%
07 - Venda de bens e serviços correntes	187 986,00	33%
08 - Outras receitas correntes	60 409,00	11%
Subtotal	562 125,00	100%
Receitas de Capital		
09 - Venda de bens de investimento	4,00	25%
10 - Transferências de capital	4,00	25%
11 - Ativos financeiros	1,00	6%
12 - Passivos Financeiros	3,00	19%
13 - Outras receitas de capital	3,00	19%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	6%
Subtotal	16,00	100%
TOTAL	562 141,00	

Previsão da Despesa

Da análise à Tabela 6 resulta que as despesas advêm sobretudo das “despesas com o pessoal”, cujo valor ascende 200.727,00 €, o que representa 62% da despesa e se destina a garantir a estrutura de recursos humanos capaz de garantir o desenvolvimento da atividade da ABAP e a prossecução do seu objeto estatutário.

As demais rubricas que assumem alguma expressão na componente da despesa respeitam a “aquisições de bens e serviços”, com um valor de 81.887,00 €, correspondentes a 25% da despesa (serviços especializados, licenças informáticas, comunicações, etc.) e “outras despesas correntes”, com um valor de 40.623,00 € correspondentes a 12% da despesa (essencialmente IVA a liquidar).

Tabela 6: Desagregação da Despesa por Rubricas

Despesa	Orçamento 2024	
	Valor (€)	Percentagem (%)
Despesas Correntes		
01 - Despesas com o pessoal	200 727,00	62%
02 - Aquisição de bens e serviços	81 887,00	25%
03 - Juros e outros encargos	9,00	0%
04 - Transferências correntes	2 352,00	1%
05 - Subsídios	2,00	0%
06 - Outras despesas correntes	40 623,00	12%
Subtotal	325 600,00	100%
Despesas de Capital		
07 - Aquisição de bens de capital	9,00	53%
08 - Transferências de capital	1,00	6%
09 - Ativos financeiros	3,00	18%
10 - Passivos financeiros	2,00	12%
11 - Outras despesas de capital	2,00	12%
17 - Operações extra-orçamentais	0,00	0%
Subtotal	17,00	100%
TOTAL DAS RECEITAS	325 617,00	

Plano Plurianual de Investimentos

A NCP 26 determina que as demonstrações previsionais devem incluir o PPI - Plano Plurianual de Investimentos, de horizonte móvel de quatro anos, inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito de investimentos, devendo em cada ano ser tidos em consideração os ajustamentos resultantes das execuções anteriores. No cenário atual da vida associativa, face à ausência de investimentos plurianuais previstos, a generalidade desta informação não se aplica, pelo que o quadro dos PPI reflete essas circunstâncias.

Entidades participadas

Dando cumprimento ao definido na alínea c) do número 2 do artigo 46.º do RFALEI, apresenta-se, na Tabela 7, o mapa das entidades participadas pela ABAP, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente.

Tabela 7: Entidades Participadas pela ABAP

Designação da Entidade	Número de Identificação Fiscal (NIF)	Participação (%)	Participação (€)
Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia	506 340 473	18,95%	961 000,00
AIBAP - Incubadora do Beira Atlântico Parque ¹	506 297 373	5,14%	54 053,57
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira, CRL	501 092 102	0,00%	500,00
SGS Molecular - Inovação e Serviços em Biotecnologia, SA ("Biopremier")	506 604 233	0,00%	10 120,71
Portugal Ventures Biocant - Fundo de Capital de Risco Fechado	720 012 783	0,39%	25 215,42
Total			1 050 889,70

¹ A participação na AIBAP tem uma imparidade constituída, na totalidade

Fundos Fixos de Caixa

Os Fundos Fixos de Caixa destinam-se ao pagamento de despesas que sejam urgentes e inadiáveis, em caso de reconhecida necessidade conveniência para o bom funcionamento dos serviços. Entende-se por Fundo de Maneio a quantia atribuída a uma unidade orgânica, em nome do seu responsável, para fazer face a despesas correntes, de reduzido valor, de carácter urgente e inadiável, com cabimentação anual e cujas regras de utilização e movimentação estão previstas na norma de controlo interno, que se encontra em vigor na ABAP. Nesta conformidade, para o ano de 2024, constituir-se-á um Fundo de Maneio, mediante dotação orçamental, cuja natureza e limite máximo se discriminam na Tabela 8, que totaliza 250,00 euros.

Tabela 8: Dotação do Fundo Fixo de Caixa

Fundo Fixo de Caixa	Valor (€)
Contabilidade	250,00
Total	250,00

Demonstrações Financeiras Previsionais

Nos termos do determinado no parágrafo 17 da NCP1, que institui que as demonstrações financeiras previsionais, designadamente balanço, demonstração dos resultados por natureza e demonstração dos fluxos de caixa devem ser aprovadas pelos órgãos de gestão competentes.

Atendendo ao determinado no número 2, do artigo 82.º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2023, *“a elaboração das demonstrações financeiras previsionais previstas no parágrafo 17 da Norma de Contabilidade Pública 1 (NCP 1) do SNC -AP não é obrigatória para as entidades da administração local”*. Sem prejuízo, entende-se que no ano de transição de referencial contabilístico, a apresentação dessas demonstrações financeiras ajuda à leitura dos dados, até porque vinham sendo apresentadas em anos anteriores. Assim, constam das tabelas 9 a 11.

Compromissos Plurianuais

Determina o nº 3, do Artigo 9º-B, do RFALEI, aplicável por adaptação a todas as entidades do setor público local, que *“os orçamentos das autarquias locais e das entidades intermunicipais apresentam o total de responsabilidades financeira resultantes de compromissos plurianuais, cuja natureza impeça a contabilização direta do respetivo montante total no ano em que os compromissos são assumidos”*.

À data, a ABAP não tem compromissos plurianuais.

Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais no Âmbito da Lei dos Compromissos em Atraso (LCPA)

Nos termos do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, Regime Jurídico Realização de Despesas Públicas e da Contratação Pública, que estabelece que a abertura de procedimentos relativos a despesas que originem encargos orçamentais em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, aplicável por adaptação às entidades públicas reclassificadas, carece de prévia autorização da Assembleia Geral, exceto quando:

- Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.

Por outro lado, a alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro (Lei dos Compromisso e Pagamentos em Atraso), na sua atual redação dada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimentos ou a sua reprogramação depende de autorização prévia da Assembleia Geral.

Acresce também o artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/12, de 21 de junho, republicado pela Lei n.º 99/2015, de 2 de junho, que regulamenta a LCPA, dispõe que para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a referida autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação pelo órgão deliberativo poderá ser concedida aquando da provação das Grandes Opções do Plano.

Assim, propõe-se que a Assembleia Geral delibere, relativamente ao Conselho de Administração:

- Para os efeitos previstos na alínea c) do n.º 1 do artigo n.º 6.º da Lei n.º 22/2015, de 17 de março, emita autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais pelo Conselho de Administração, nos casos seguintes:
 - Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes das Grandes Opções do Plano;
 - Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos seus anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos.
- A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia agora proposta, far-se-á quando, para além das condições previstas no número anterior, forem respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 22/2015, de 17 de março, uma vez cumpridos os demais requisitos legais de execução de despesas.
- Que o Conselho de Administração seja autorizada a delegar no seu Presidente a assunção de compromissos plurianuais, relativa a despesa de funcionamento de carácter continuado e repetitivo desde que previamente dotada a rubrica da despesa prevista no Orçamento, nos termos do n.º 1, até ao montante permitido por lei, no âmbito do regime de contratação pública.
- Que em todas as sessões ordinárias da Assembleia Geral, o Conselho de Administração prestará informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos, ao abrigo da autorização prévia genérica objeto da presente proposta de deliberação.

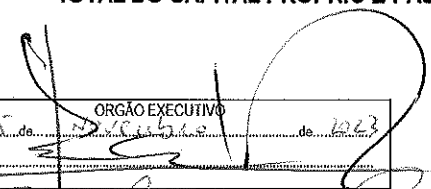


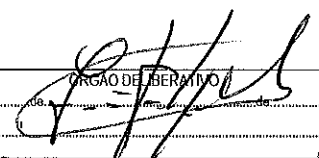
Handwritten marks and initials in the top right corner, including a circled 'e', a star-like symbol, and the letters 'P4'.

Balanço

Tabela 9: Balanço previsional

RUBRICAS DO BALANÇO		ORÇAMENTO 2024
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		1 611 776,58
Ativos Intangíveis		0,00
Ativos Fixos Tangíveis		234 041,40
Propriedades de Investimento		380 850,21
Investimentos Financeiros - MEP		0,00
Invest. Financeiros - Outros métodos		996 884,97
Investimentos em curso		0,00
ATIVO CORRENTE		471 639,89
Inventários		118 911,18
Clientes		219 501,70
Estado e Outros Entes Públicos		62,50
Outras Contas a receber		25 851,29
Diferimentos		237,20
Caixa e Depósitos Bancários		107 076,02
TOTAL DO ATIVO		2 083 416,47
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital Realizado		2 444 360,81
Outras Reservas		16 000,00
Resultados Transitados		-705 439,01
Outras Variações no Capital Próprio		13 771,07
Resultado Líquido do Exercício		721,37
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		1 769 414,24
PASSIVO		
PASSIVO CORRENTE		314 002,23
Fornecedores		23,71
Estado e Outros entes Públicos		10 612,10
Diferimentos		282 299,91
Outras contas a Pagar		21 066,51
TOTAL DO PASSIVO		314 002,23
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		2 083 416,47


 Em 15 de Maio de 2023
 ORGÃO EXECUTIVO
 Carlos Miguel Lobo Fernandes

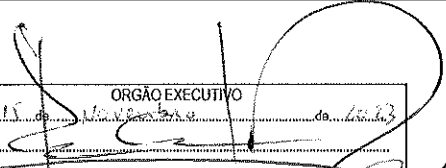

 Em 15 de Maio de 2023
 ORGÃO GERATIVO
 Arthur José S. dos S.

Handwritten marks: a circled 'C', a star-like symbol, and the initials 'Pex'.

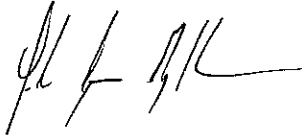
Demonstração de Resultados

Tabela 10: Demonstração de Resultados por Natureza Previsional

Valores em euros	
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZA	ORÇAMENTO 2024
RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
Vendas e Serviços Prestados	3 600,00
Subsídios à Exploração	64 389,24
Variação de Inventários da produção	0,00
Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	0,00
Fornecimentos e Serviços Externos	-65 729,42
Gastos com o Pessoal	-196 564,85
Imparidade de Inventários	0,00
Imparidade de Dívidas a Receber	0,00
Provisões	0,00
Imparidade de Investimentos não Depreciáveis/Amortizações (perdas/reversões)	0,00
Aumentos Reduções Justo Valor	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos	206 459,93
Outros Gastos e Perdas	-2 397,30
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	9 757,60
Gastos / Reversões de Depreciação e Amortização	-8 849,54
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	908,06
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	5,07
Juros e Gastos Similares Suportados	0,00
Resultados antes de impostos	913,13
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	191,76
Resultado Líquido do Período	721,37


 Em 15 de Maio de 2023
 Rogério Tomás Santos Passos
 Presidente do Conselho de Administração


 Em de de
 António José Santos



Mapa de Fluxos de Caixa

Tabela 11: Mapa de Fluxos de Caixa Previsional

Valores em euros

MAPA DE FLUXOS DE CAIXA PREVISIONAIS			
RECEBIMENTOS	ORÇAMENTO 2024	PAGAMENTOS	ORÇAMENTO 2024
RUBRICA		RUBRICA	
Saldo no Início do Período	96 430,25		
Receitas da Atividade Operacional	331 986,34	Despesas da Atividade Operacional	321 344,37
Quotas	244 436,03	Fornecimentos e Serviços Externos	80 803,68
Prestação de Serviços	4 428,00	Gastos com Pessoal	200 307,81
Subsídios à Exploração	81 139,91	Impostos	37 814,00
Outros	1 982,40	Outros	2 418,88
SALDO DOS FLUXOS OPERACIONAIS			10 641,97
Receitas de Investimento	3,80	Despesas de Investimento	0,00
Propriedades de Investimento	0,00	Terrenos	0,00
Subsídios ao investimento	0,00	Edifícios / Adaptações	0,00
Dividendos	3,80	Outros Ativos Tangíveis	0,00
Ativos Intangíveis	0,00	Ativos Intangíveis	0,00
Outros	0,00		
SALDO DOS FLUXOS DE INVESTIMENTO			3,80
Receitas de Financiamento	0,00	Despesas de Financiamento	0,00
Empréstimos Obtidos	0,00	Reembolso de Empréstimos MLP	0,00
Aumentos de Capital	0,00	Juros e Comissões	0,00
Conta Caucionada	0,00	Reembolso Conta Caucionada	0,00
Suprimentos	0,00	Suprimentos	0,00
SALDO DOS FLUXOS DE FINANCIAMENTO			0,00
TOTAL RECEBIMENTOS	331 990,14	TOTAL DE PAGAMENTOS	321 344,37
		Saldo no Final do Período	107 076,02

ORGÃO EXECUTIVO
Em 15 de Maio de 2023
Teresa Teresa Gomes Pessoa
Beira Atlântico Parque

ORGÃO DELIBERATIVO
Em de de

Ativado por S. dos S.
4/6/23

Orçamento para o ano 2024 - Receita

Class. Econ.	Receitas	Valor	Capítulo
RECEITAS CORRENTES			
04	Taxas, multas e outras penalidades *		
04 02	Multas e outras penalidades		
04 02 01	Juros de mora *	1,00	
04 02 02	Juros compensatórios *	1,00	
04 02 99	Multas e penalidades diversas *	1,00	
Total Rúbrica 04			3,00
05	Rendimentos da propriedade *		
05 01	Juros - Sociedades e quase-sociedades não financeiras		
05 01 02	Privadas	47 909,00	
05 02	Juros - Sociedades financeiras		
05 02 01	Bancos e outras instituições financeiras	1,00	
05 03 04	Administração local - Continente	1,00	
05 07	Dividendos e participações nos lucros de sociedades e quase-sociedades não financeiras		
05 07 03	Empresas privadas	1,00	
05 08	Dividendos e participações nos lucros de sociedades financeiras	6,00	
Total Rúbrica 05			47 918,00
06	Transferências correntes *		
06 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras		
06 01 02	Privadas	1 000,00	
06 03 01	Estado		
06 03 06	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados *		
06 03 06 01	Comparticipação Portugal 2020	14 068,00	
06 03 07	Serviços e fundos autónomos		
06 03 07 99	Outras	500,00	
06 03 09	Serviços e fundos autónomos - Subsistema de protecção à família e políticas activas de emprego e formação profissional	6 803,00	
06 05	Administração local *		
06 05 01	Continente		
06 05 01 01	Municípios	240 537,00	
06 06	Segurança social		
06 06 04	Outras transferências	1,00	
06 07	Instituições sem fins lucrativos		
06 07 01	Instituições sem fins lucrativos	2 900,00	
Total Rúbrica 06			265 809,00
07	Venda de bens e serviços correntes *		
07 01	Venda de bens		
07 01 99	Outros	1,00	
07 02	Serviços		
07 02 01	Aluguer de espaços e equipamentos *	1,00	
07 02 02	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	4 925,00	
07 02 06	Reparações *	1,00	
07 02 99	Outros	183 058,00	
Total Rúbrica 07			187 986,00
08	Outras receitas correntes *	60 409,00	
08 01	Outras		
08 01 99	Outras *		
08 01 99 03	IVA reembolsado	1,00	
08 01 99 99	Diversas	138,00	
08 02	Subsídios		
08 02 08	Administração Local	60 270,00	
Total Rúbrica 08			60 409,00
TOTAL RECEITAS CORRENTES			562 125,00

ORÇAMENTO PARA O ANO 2024 - RECEITA

RECEITAS DE CAPITAL		
09	Venda de bens de investimento *	
09 01	Terrenos *	
09 01 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00
09 01 06	Administração Pública - Administração local - Continente	1,00
09 01 09	Instituições sem fins lucrativos	1,00
09 01 10	Famílias	1,00
Total Rúbrica 09		4,00
10	Transferências de capital *	
10 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
10 01 02	Privadas	1,00
10 03 07	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados *	1,00
10 05	Administração local	
10 05 01	Continente	
10 05 01 01	Municípios	1,00
10 07	Instituições sem fins lucrativos	
10 07 01	Instituições sem fins lucrativos	1,00
Total Rúbrica 10		4,00
13	Outras receitas de capital *	
13 01	Outras	
13 01 01	Indemnizações *	1,00
13 01 02	Activos incorpóreos *	1,00
13 01 99	Outras	1,00
Total Rúbrica 13		3,00
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	
15 01	Reposições não abatidas nos pagamentos	
15 01 01	Reposições não abatidas nos pagamentos *	1,00
Total Rúbrica 15		1,00
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL		12,00
11	Activos financeiros *	
11 11	Outros activos financeiros	
11 11 04	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	1,00
Total Rúbrica 11		1,00
12	Passivos financeiros *	
12 05	Empréstimos a curto prazo	
12 05 02	Sociedades financeiras	1,00
12 06	Empréstimos a médio e longo prazos	
12 06 02	Sociedades financeiras	1,00
12 07	Outros passivos financeiros	
12 07 04	Administração Pública - Administração central - Serviços e fundos autónomos	1,00
Total Rúbrica 12		3,00
TOTAL RECEITAS NÃO EFETIVAS		4,00
Total das Receitas Correntes		562 125,00
Total das Receitas de Capital		12,00
Total das Receitas Efetivas		562 137,00
Total das Receitas não Efetivas		4,00
Total do Orçamento de Receita		562 141,00

Orçamento para o ano 2024 – Despesa

Class. Econ.	Despesas	Valor	Capítulo
DESPESAS CORRENTES			
01	Despesas com o pessoal *		
01 01	Remunerações certas e permanentes *		
01 01 02	Órgãos sociais *	33 825,00	
01 01 04	Pessoal dos quadros - Regime de contrato individual de trabalho *		
01 01 04 01	Pessoal em funções	31 799,00	
01 01 06	Pessoal contratado a termo *		
01 01 06 01	Pessoal em funções	16 882,00	
01 01 06 04	Recrutamento de Pessoal para novos postos de trabalho	1,00	
01 01 09	Pessoal em qualquer outra situação *		
01 01 09 01	Pessoal em qualquer outra situação	38 411,00	
01 01 09 02	Formação/estágios profissionais - IEFP	4 364,00	
01 01 11	Representação *	6 477,00	
01 01 13	Subsídio de refeição *	10 640,00	
01 01 14	Subsídio de férias e de Natal *	19 660,00	
01 01 15	Remunerações por doença e maternidade / paternidade *	1,00	
01 02	Abonos variáveis ou eventuais *		
01 02 04	Ajudas de custo *	1,00	
01 02 12	Indemnizações por cessação de funções *	1,00	
01 02 13	Outros suplementos e prémios *		
01 02 13 02	Outros	1,00	
01 02 13 03	Senhas de Presença	956,00	
01 03	Segurança social		
01 03 01	Encargos com a saúde *	1,00	
01 03 05	Contribuições para a segurança social *		
01 03 05 02 01	Caixa Geral de Aposentações	7 775,00	
01 03 05 02 02	Segurança social - Regime geral	28 161,00	
01 03 05 03	Outros	1,00	
01 03 06	Acidentes em serviço e doenças profissionais *	1,00	
01 03 09	Seguros *		
01 03 09 01	Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	887,00	
01 03 09 02	Seguros de saúde	881,00	
01 03 10	Outras despesas de segurança social *		
01 03 10 99	Outras despesas de segurança social	1,00	
Total Rúbrica 01		200 727,00	

ORÇAMENTO PARA O ANO 2024 – DESPESA

02	Aquisição de bens e serviços *	
02 01	Aquisição de bens *	
02 01 02	Combustíveis e lubrificantes *	
02 01 02 99	Outros	1,00
02 01 04	Limpeza e higiene *	1,00
02 01 08	Material de escritório *	870,00
02 01 14	Outro material - Peças *	1,00
02 01 15	Prêmios, condecorações e ofertas *	223,00
02 01 17	Ferramentas e utensílios *	1,00
02 01 18	Livros e documentação técnica *	1,00
02 01 19	Artigos honoríficos e de decoração *	1,00
02 01 21	Outros bens *	1,00
02 02	Aquisição de serviços	
02 02 01	Encargos das instalações *	1,00
02 02 03	Conservação de bens *	1,00
02 02 09	Comunicações *	2 023,00
02 02 11	Representação dos serviços *	1,00
02 02 13	Deslocações e estadas *	1,00
02 02 14	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria *	60 307,00
02 02 15	Formação *	900,00
02 02 17	Publicidade *	
02 02 17 01	Publicação de anúncios	1 230,00
02 02 17 02	Promoção e publicidade	1,00
02 02 19	Assistência técnica *	2 460,00
02 02 20	Outros trabalhos especializados *	0,00
02 02 20 01	Higiene, segurança, saúde vist.trab., inst.equipam.	284,00
02 02 20 02	Serviços de Auditoria	2 460,00
02 02 20 03	Serviços de Informática	11 070,00
02 02 20 99	Outros trabalhos especializados	1,00
02 02 22	Serviços de saúde *	1,00
02 02 25	Outros serviços *	46,00
Total Rúbrica 02		81 887,00
03	Juros e outros encargos *	
03 01	Juros da dívida pública *	
03 01 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	
03 01 03 01	Empréstimos de curto prazo	1,00
03 01 03 02	Empréstimos de médio e longo prazos	1,00
03 02	Outros encargos correntes da dívida pública *	
03 02 01	Despesas diversas	1,00
03 04	Juros tributários *	
03 04 01	Indemnizatórios	1,00
03 04 02	Outros	1,00
03 05	Outros juros *	
03 05 02	Outros	
03 05 02 01	Despesas Diversas	1,00
03 05 02 02	Juros de Mora	1,00
03 05 02 99	Outros	1,00
03 06	Outros encargos financeiros *	
03 06 01	Outros encargos financeiros	1,00
Total Rúbrica 03		9,00

ORÇAMENTO PARA O ANO 2024 - DESPESA

04	Transferências correntes *	
04 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
04 01 02	Privadas	1,00
04 06	Segurança social	
04 06 02	Outras transferências	
04 06 02 02	Outras	1,00
04 07	Instituições sem fins lucrativos	
04 07 01	Instituições sem fins lucrativos	1 650,00
04 09	Resto do mundo	
04 09 03	Países terceiros e organizações internacionais	700,00
Total Rúbrica 04		2 352,00
05	Subsídios *	
05 01	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
05 01 01	Públicas	
05 01 01 02	Outras	1,00
05 01 03	Privadas	1,00
Total Rúbrica 05		2,00
06	Outras despesas correntes	
06 02	Diversas	
06 02 01	Impostos e taxas *	
06 02 01 01	Impostos e taxas pagos	
06 02 01 01 99	Outras	1,00
06 02 01 02	Restituições de impostos ou taxas cobrados	1,00
06 02 03	Outras *	
06 02 03 01	Outras restituições	1,00
06 02 03 02	IVA pago	40 144,00
06 02 03 03	Diferenças de câmbio	1,00
06 02 03 04	Serviços bancários	309,00
06 02 03 05	Outras	166,00
Total Rúbrica 06		40 623,00
TOTAL DESPESAS CORRENTES		325 600,00

ORÇAMENTO PARA O ANO 2024 – DESPESA

DESPESAS DE CAPITAL		
07	Aquisição de bens de capital *	
07 01 07	Equipamento de informática *	1,00
07 01 08	Software informático *	1,00
07 01 09	Equipamento administrativo *	1,00
07 01 10	Equipamento básico *	
07 01 10 02	Outro	1,00
07 01 13	Investimentos incorpóreos *	1,00
07 01 15	Outros investimentos *	1,00
07 02	Locação financeira *	
07 02 06	Material de informática	1,00
07 02 07	Maquinaria e equipamento	1,00
07 02 09	Outros investimentos	1,00
Total Rúbrica 07		9,00
08	Transferências de capital *	
08 07	Instituições sem fins lucrativos	
08 07 01	Instituições sem fins lucrativos	1,00
Total Rúbrica 08		1,00
11	Outras despesas de capital *	
11 02	Diversas *	
11 02 01	Restituições	1,00
11 02 99	Outras	1,00
Total Rúbrica 11		2,00
TOTAL DESPESAS DE CAPITAL		12,00
09	Activos financeiros *	
09 02	Títulos a curto prazo *	
09 02 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	1,00
09 03	Títulos a médio e longo prazos *	
09 03 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	1,00
09 09	Outros activos financeiros *	
09 09 06	Administração pública - Adm. central - Serviços e fundos autónomos	1,00
Total Rúbrica 09		3,00
10	Passivos financeiros *	
10 05	Empréstimos a curto prazo	
10 05 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	1,00
10 06	Empréstimos a médio e longo prazos	
10 06 03	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições financeiras	1,00
Total Rúbrica 10		2,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO EFETIVAS		5,00
Total das Despesas Correntes		325 600,00
Total das Despesas de Capital		12,00
Total das Despesas Efetivas		325 612,00
Total das Despesas não Efetivas		5,00
Total do Orçamento de Despesa.....		325 617,00

Resumo do Orçamento para o ano 2024

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2024

Recetas	Montante (€)	Despesas	Montante (€)
Correntes	562 125,00	Correntes	325 600,00
Capital	12,00	Capital	12,00
Total:	562 137,00	Total:	325 612,00
Efetivas	562 137,00	Efetivas	325 612,00
Não efetivas	4,00	Não efetivas	5,00
Total:	562 141,00	Total:	325 617,00
Total Geral:	562 141,00	Total Geral:	325 617,00

Em de de 2023
 ORGAO EXECUTIVO
 [Signature]

Cláudio Torres Santos Torres
 Diretor Geral Lda Ferrandense

Em de de
 ORGAO DE RESERVA
 [Signature]

Arturo José Santos Sá
 [Signature]

[Handwritten marks]

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024



Orçamento inicial – Plano Plurianual de Investimentos do ano 2024

ORÇAMENTO INICIAL – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DO ANO 2024

Objeto [1]	Número do projeto [2]	Designação do projeto [3]	Rubrica orçamentária [4]	Forma de realização [5]	Fonte de Financiamento				Datas		Fase de execução [12]	Realizado em períodos anteriores [13]	Estimativo de realização do período 2023 [14]	Pagamentos						Total previsto [21]=[13]+...+[20]																				
					RG [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]				2024 [15]	2025 [16]	2026 [17]	2027 [18]	2028 [19]	Outros [20]																					
01-111		Funções Gerais - Administração Geral																																						
01-111	20241	Aquisição de Equipamento de Informática	070107	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0															1													
01-111	20242	Aquisição de Software Informático	070109	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
01-111	20243	Aquisição de Equipamento administrativo	070109	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
01-111	20244	Aquisição de Equipamento básico - Outro	07011002	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
01-111	20245	Aquisição de Investimentos Imobiliários	07015	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
01-111	20246	Aquisição de Outros Investimentos	070205	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
01-111	20247	Locação financeira -Material de informática	070205	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
01-111	20248	Locação financeira -Material de informática	070207	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
01-111	20249	Locação financeira -Material de informática	070209	O		100				01/01/2024	31/12/2024	0																1												
Total Objetivo 01 - 111													0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9

Emdede 2023
 Presidente do Conselho Deliberativo

Emdedede 2023
 Presidente do Conselho Deliberativo

Antônio Carlos da Silva

Antônio Carlos da Silva

[Handwritten signature]



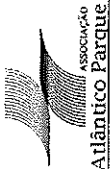
Orçamento do Plano Orçamental Plurianual

ORÇAMENTO DO PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Rubrica	Designação	2024					Plano Orçamental Plurianual				
		Períodos anteriores	Período	Soma	2025	2026	2027	2028			
	Receita corrente		562 125,00	562 125,00	254 721,00	254 879,00	255 041,00	255 208,00			
R1	Receita fiscal		0,00	0,00							
R1.1	Impostos diretos		0,00	0,00							
R1.2	Impostos indiretos		0,00	0,00							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		0,00	0,00							
R3	Taxas, multas e outras penalidades		3,00	3,00							
R4	Rendimentos de propriedade		47 918,00	47 918,00	6,00	6,00	6,00	6,00			
R5	Transferências e subsídios correntes		326 079,00	326 079,00	244 937,00	244 937,00	244 937,00	244 937,00			
R5.1	Transferências correntes		265 809,00	265 809,00	244 937,00	244 937,00	244 937,00	244 937,00			
R5.1.1	Administrações Públicas		261 909,00	261 909,00	241 037,00	241 037,00	241 037,00	241 037,00			
R5.1.1.1	Administração Central - Estado Português		14 068,00	14 068,00							
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		7 303,00	7 303,00	500,00	500,00	500,00	500,00			
R5.1.1.3	Segurança Social		1,00	1,00							
R5.1.1.4	Administração Regional		0,00	0,00							
R5.1.1.5	Administração Local		240 537,00	240 537,00	240 537,00	240 537,00	240 537,00	240 537,00			
R5.1.2	Exterior - U E		0,00	0,00							
R5.1.3	Outras		3 900,00	3 900,00	3 900,00	3 900,00	3 900,00	3 900,00			
R5.2	Subsídios correntes		60 270,00	60 270,00							
R6	Venda de bens e serviços		187 986,00	187 986,00	9 635,00	9 788,00	9 945,00	10 107,00			
R7	Outras receitas correntes		139,00	139,00	143,00	148,00	153,00	158,00			
	Receita de capital		12,00	12,00							
R8	Venda de bens de investimento		4,00	4,00							
R9	Transferências e subsídios de capital		4,00	4,00							
R9.1	Transferências de capital		4,00	4,00							
R9.1.1	Administrações Públicas		2,00	2,00							
R9.1.1.1	Administração Central - Estado Português		1,00	1,00							
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades		0,00	0,00							
R9.1.1.3	Segurança Social		0,00	0,00							
R9.1.1.4	Administração Regional		0,00	0,00							
R9.1.1.5	Administração Local		1,00	1,00							
R9.1.2	Exterior - U E		0,00	0,00							
R9.1.3	Outras		0,00	0,00							
R9.2	Subsídios de capital		0,00	0,00							
R10	Outras receitas de capital		0,00	0,00							
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos		3,00	3,00							
	Receita efetiva [1]		562 137,00	562 137,00	254 721,00	254 879,00	255 041,00	255 208,00			
	Receita não efetiva [2]		4,00	4,00							
R12	Receita com ativos financeiros		1,00	1,00							
R13	Receita com passivos financeiros		3,00	3,00							
	Receita total [3] = [1] + [2]		562 141,00	562 141,00	254 721,00	254 879,00	255 041,00	255 208,00			

(Handwritten signatures and initials)

PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO 2024



Beira Atlântico Parque
ORÇAMENTO DO PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

Rúbrica	Designação	2024					Plano Orçamental Plurianual		
		Períodos anteriores	Período	Soma	2025	2026	2027	2028	
	Despesa corrente		325 600,00	252 698,00	233 665,00	240 668,00	247 878,00		
D1	Despesas com o pessoal		200 727,00	202 251,00	208 325,00	214 582,00	221 025,00		
D1-1	Remunerações Certas e Permanentes		162 060,00	162 428,00	167 305,00	172 328,00	177 501,00		
D1-2	Abonos Variáveis ou Eventuais		959,00	959,00	1 015,00	1 046,00	1 078,00		
D1-3	Segurança social		37 708,00	38 837,00	40 005,00	41 208,00	42 446,00		
D2	Aquisição de bens e serviços		81 887,00	81 887,00	48 047,00	23 582,00	24 284,00		
D3	Juros e outros encargos		9,00	9,00					
D4	Transferências e subsídios correntes		2 354,00	2 354,00	2 400,00	2 451,00	2 504,00		
D4-1	Transferências correntes		2 352,00	2 352,00	2 400,00	2 451,00	2 504,00		
D4-1.1	Administrações Públicas		1,00	1,00					
D4-1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D4-1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D4-1.1.3	Segurança Social		1,00	1,00					
D4-1.1.4	Administração Regional								
D4-1.1.5	Administração Local								
D4-1.2	Entidades do setor não lucrativo		1 850,00	1 700,00	1 700,00	1 804,00	1 859,00		
D4-1.3	Famílias		701,00	701,00	700,00	700,00	700,00		
D4-1.4	Outras		2,00	2,00					
D4-2	Subsídios correntes		40 623,00	40 623,00					
D5	Outras despesas correntes		12,00	12,00					
	Despesa de capital								
D6	Aquisição de bens de capital		9,00	9,00					
D7	Transferências e subsídios de capital		1,00	1,00					
D7-1	Transferências de capital		1,00	1,00					
D7-1.1	Administrações Públicas		0,00	0,00					
D7-1.1.1	Administração Central - Estado Português								
D7-1.1.2	Administração Central - Outras entidades								
D7-1.1.3	Segurança Social								
D7-1.1.4	Administração Regional								
D7-1.1.5	Administração Local								
D7-1.2	Entidades do setor não lucrativo		1,00	1,00					
D7-1.3	Famílias								
D7-1.4	Outras								
D7-2	Subsídios de capital								
D8	Outras despesas de capital		2,00	2,00					
	Despesa efetiva [4]		325 612,00	325 612,00	252 698,00	240 668,00	247 878,00		
D9	Despesa não efetiva [5]		5,00	5,00					
D10	Despesa com ativos financeiros		3,00	3,00					
	Despesa com passivos financeiros		2,00	2,00					
	Despesa total [6]=[4]+[5]		325 617,00	325 617,00	252 698,00	240 668,00	247 878,00		
	Saldo total [3] - [6]		236 524,00	2 023,00	2 023,00	21 214,00	14 373,00		
	Saldo global [1] - [4]		236 525,00	2 023,00	2 023,00	21 214,00	14 373,00		
	Despesa primária		325 603,00	325 603,00	252 698,00	240 668,00	247 878,00		
	Saldo corrente		236 525,00	2 023,00	2 023,00	21 214,00	14 373,00		
	Saldo de capital		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
	Saldo primário		236 524,00	2 023,00	2 023,00	21 214,00	14 373,00		

Em de de 2023

Em de de 2023

Órgão Executivo
 João Carlos Santos Tavares
 Carlos Tiago Lobo Fernandes

Órgão Deliberativo
 António José Sousa

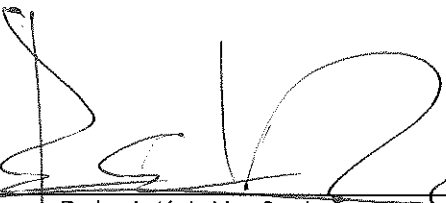
Handwritten signature

Handwritten initials

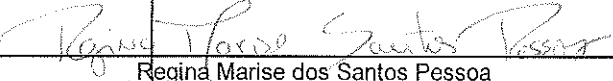
Termo de Encerramento

Os Documentos Previsionais compostos por 31 páginas, devidamente numeradas e autenticadas, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Associação Beira Atlântico Parque, realizada em 15 de novembro de 2023.

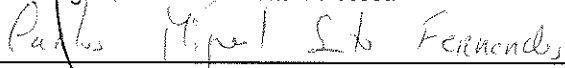
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



Pedro António Vaz Cardoso



Regina Marise dos Santos Pessoa

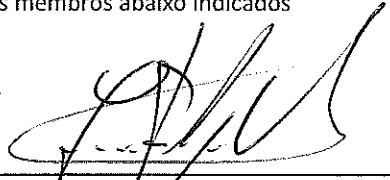


Carlos Miguel da Cruz Santo Gomes Fernandes

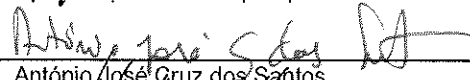
Termo de Aprovação Final

Os Documentos Previsionais para o ano 2024 merecem aprovação por _____, da Assembleia Geral da Associação Beira Atlântico Parque em sua sessão ordinária do 23 de novembro de 2023, ficam assinados pelos seus membros abaixo indicados

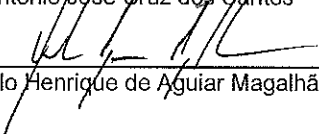
A MESA DA ASSEMBLEIA GERAL,



João Filipe Calapez de Albuquerque Veloso



António José Cruz dos Santos



Gonçalo Henrique de Aguiar Magalhães